

A TRIPOLARIDADE ACADÊMICA NA DISCUSSÃO SOBRE A HEGEMONIA INTERNACIONAL: NOTAS SOBRE OS NEORREALISTAS, OS NEOGRAMSCIANOS E SUSAN STRANGE

ACADEMIC TRIPOLARITY IN THE DISCUSSION OF INTERNATIONAL HEGEMONY: NOTE ON THE NEOREALISTS, THE NEOGRAMSCIANISM AND SUSAN STRANGE

Mateus de Paula Narciso Rocha ¹

RESUMO

A questão da hegemonia internacional, articulada ao debate sobre a distribuição de poder, é fundamental para as Relações Internacionais. Essa questão é discutida por diversas escolas de pensamento, sendo as mais conhecidas a teoria neorrealista e a abordagem neogramsciana. Essas leituras, contudo, não são as únicas e têm limitações analíticas importantes. Este artigo discute por meio dos pressupostos internos básicos algumas contribuições e limites das duas leituras tradicionais sobre a hegemonia internacional e também analisa a contribuição conceitual da obra de Susan Strange, que ofereceu um outro paradigma para compreender o fenômeno. É defendido que a leitura de Strange sobre o poder estrutural e a hegemonia internacional não é associada a nenhuma das duas perspectivas tradicionais e, conquanto tenha limitações, é mais frutífera para a análise da distribuição de poder internacional. Conclui-se que existem três métodos importantes para analisar a hegemonia internacional e não apenas dois como sugere uma parte da literatura.

Palavras Chave: Hegemonia internacional; Neorealismo; Neogramscianos; Poder Estrutural

ABSTRACT

The issue of international hegemony, articulated with the debate about the distribution of power, is central to International Relations. It is discussed by several schools of thought, the best known being the theory of structural realism and the neogramscian approach. However, these readings are not the only ones and have important analytical limitations. This article discusses the basic assumptions of the two traditional readings on international hegemony and analyzes the conceptual contribution of Susan Strange's work, which offered another paradigm for understand international hegemony. The author argues that Strange's reading of structural power and international hegemony is not associated with either one of the two traditional perspectives and, while limited, is more fruitful for the analysis of the distribution of international power. The conclusion is that there are three important methods for analyzing international hegemony and not just two as one part of the literature suggests.

Keywords: International hegemony; Neorealism; Neogramscianism; Structural power

INTRODUÇÃO

O que é uma hegemonia internacional? Quais são os requisitos para a existência dessa distribuição de poder? Essas questões de importância perene são respondidas de modo particular por cada teoria. Uma resposta a tais indagações é fundamental para compreender as continuidades e as mudanças na ordem internacional, afinal cada distribuição de poder e

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas (jorelemes@hotmail.com)

a transformação nessa distribuição, ou ainda a percepção de transformação, favorecem determinados comportamentos estatais (GILPIN, 1981). Desse modo, determinar a distribuição de poder e as suas tendências é fundamental para traçar ou entender as estratégias nacionais. É uma questão precípua para explicar as interações entre as potências no passado e no presente.

O debate sobre a hegemonia internacional é clássico no campo das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional. Na discussão conceitual sobre a hegemonia internacional duas perspectivas são as mais conhecidas, a leitura da teoria neorrealista e a leitura da abordagem neogramsciana.² Essas leituras, contudo, não são as únicas e têm limitações analíticas importantes. Este artigo discute por meio dos pressupostos internos básicos algumas contribuições e limites das duas leituras tradicionais sobre a hegemonia internacional e também analisa a contribuição conceitual da obra de Susan Strange, que ofereceu um outro paradigma para compreender o fenômeno. Será argumentado que a leitura de Strange sobre o poder estrutural e a hegemonia internacional não é associada a nenhuma das duas perspectivas e, conquanto tenha limitações, é mais frutífera para a análise da distribuição de poder internacional.

A LEITURA NEORREALISTA

A discussão sobre hegemonia deve sempre ser iniciada com a menção de uma dificuldade, isto é, a inexistência de uma definição consensual do termo, em parte porque cada perspectiva define hegemonia a partir da forma como concebe as relações internacionais. Existe dissenso mesmo dentro das teorias e abordagens, de modo que não é homogêneo nem o entendimento interno do neorrealismo, nem o dos neogramscianos.³ Isso não impede, contudo, que existam ideias comuns sobre essa questão em cada uma das duas perspectivas,

² O “neorrealismo” é o mesmo que “realismo estrutural” e está associado à obra de Waltz (1979). Por economia de termos, foi utilizado “neorrealismo” para referenciar essa perspectiva.

³ O neorrealismo, lembra Mastanduno (1997), tem correntes internas as quais analisam o cenário internacional de modo diferenciado, de modo que, embora exista um núcleo duro comum (MENDES, 2013), o conceito de hegemonia não tem o mesmo significado para todos os neorrealistas (DINIZ, 2007). As obras de Wohlforth (1999) e de Mearsheimer (2014) são exemplares; sendo o critério de Wohlforth menos rígido que o de Mearsheimer, o que lhe permite argumentar que o sistema atual é claramente unipolar, enquanto Mearsheimer visualiza um sistema multipolar.

afinal assim como o decano, ou o founding father, do neorrealismo é Kenneth Waltz (1979), o dos neogramscianos é Robert Cox (1981; 1993).

É possível identificar um núcleo comum na definição neorrealista de hegemonia, ilustrado na obra do realista ofensivo John Mearsheimer. Para Mearsheimer (2001), e os neorrealistas em geral, a hegemonia refere-se à supremacia militar em relação aos demais Estados, a polaridade do sistema é um desdobramento dessa dimensão. A hegemonia, portanto, envolve o hard power e decorre das capacidades militares de um Estado.⁴ Nas palavras de Mearsheimer (2014, p.55): “In international politics, however, a state’s effective power is ultimately a function of its military forces and how they compare with the military forces of rival states”.

O mais importante é o poder militar, particularmente o tamanho e capacidade das forças armadas, sobretudo o exército, sendo possível mensurar o poder militar de um Estado a partir da quantidade e qualidade dos soldados, bem como a quantidade e qualidade das armas (MEARSHEIMER, 2014, Cap. 4). Uma hegemonia internacional é auferida de modo objetivo a partir da análise comparativa dos gastos em defesa, dos tipos de armamentos, do tamanho das forças armadas, da população e da riqueza. A partir de uma análise deste tipo, Mearsheimer entende que no mundo atual – no qual há “o poder parador da água” e potências nucleares – não há uma hegemonia mundial e o sistema internacional é multipolar. Os Estados Unidos, porém, seriam mais poderosos militarmente que os demais, porquanto são a única grande potência em sua região (o hemisfério ocidental) sendo a única hegemonia regional do sistema.⁵ Assim o sistema internacional é uma multipolaridade desequilibrada (MEARSHEIMER, 2014).

O entendimento do neorrealismo, em particular o de Mearsheimer, traz ideias importantes ao debate sobre política internacional (GOWAN, 2002; POSEN, 2002; DINIZ, 2007; FIORI,

⁴ De acordo com Mearsheimer existem dois tipos de poder: o “poder latente” e o “poder militar”. O poder latente é constituído por ingredientes socioeconômicos – particularmente o tamanho da população e da riqueza econômica de um país – que permitem construir o poder militar, ou o poder efetivo.

⁵ “A hegemon is a state that is so powerful that it dominates all the other states in the system. No other state has the military wherewithal to put up a serious fight against it. In essence, a hegemon is the only great power in the system. [...] The United States has been a regional hegemon in the Western Hemisphere for at least the past one hundred years. No other state in the Americas has sufficient military might to challenge it [...]” (MEARSHEIMER, 2014, p. 40).

2004). Merecem ser citadas, por exemplo: (i) a definição de poder não como influência, mas como capacidade; (ii) a compreensão de que não se pode ignorar a realidade do poder, pois o raio de ação de um país é desdobramento de suas capacidades relativas; (iii) a leitura do cenário internacional anárquico e a disputa contínua por segurança, mesmo em tempos de paz, entre as grandes potências; e (iv) a leitura de que a localização geográfica de um Estado delimita suas formas de atuação expansiva e o modo como será percebido por outras sociedades.⁶

O entendimento de hegemonia neorrealista, porém, tem limitações importantes (GOWAN, 2002; LAYNE, 2006; KIRSHNER, 2010).⁷ Essa perspectiva subscreve a uma tradição epistemológica dedutiva e universalista e projeta na realidade social uma ontologia mecanicista próxima ao determinismo. Além disso, ao primar pelo ideal waltziano de parcimônia – fundado no legítimo interesse de controlar o objeto (WALTZ, 1979) – exclui do quadro teórico elementos essenciais para explicar o sistema internacional.⁸

Alguns dos principais problemas do neorrealismo são: (i) a confusão de tendência com necessidade; (ii) a hipostasia da competição geopolítica – territorial e interestatal, associadas às guerras –, como a dinâmica nuclear do sistema, desvalorizando a competição econômica; (iii) a desvalorização das relações de poder domésticas; (iv) a desvalorização da trajetória histórica específica de cada sociedade; e (v) uma leitura temporal cíclica onde inexistem transformações de natureza no sistema internacional. Pode-se especificar esses problemas.

Primeiro, associado à leitura mecanicista das relações internacionais, está o entendimento de relações necessárias, tais como a bipolaridade é pacífica e estável (WALTZ, 1979). Esse entendimento “racional”, contudo, está em descompasso com o legado histórico do próprio objeto, onde se encontram cenários de bipolaridade pacífica e belicista, e não apenas um tipo de interação e de resultado (KIRSHNER, 2010). No mesmo sentido, o neorrealismo espera um comportamento uniforme das grandes potências, de modo que a ascensão de uma

⁶ O ponto iv é uma contribuição de Stephen Walt que Mearsheimer consegue absorver (DINIZ, 2007).

⁷ Serão discutidas as limitações do “neorrealismo” e não da teoria de Mearsheimer.

⁸ O realismo neoclássico não desvaloriza a cultura e a história e não trabalha com a ideia de caixa-preta; os neoclássicos rompem com vários axiomas de Waltz (KIRSHNER, 2010), desse modo a crítica que será desenvolvida não se direciona a essa perspectiva, mas sobretudo as ideias de Waltz e Mearsheimer.

potência no sistema envolverá, para o realismo ofensivo, um comportamento agressivo que culmina com a guerra (Cf. MEARSHEIMER, 2014). Já para o neorealismo de Waltz a “lei” do sistema é que os Estados balancearão poder (Cf. WALTZ, 1979; MENDES, 2013). A história mostra, todavia, que nem toda transição de poder envolve guerras (ALLISON, 2015), existe uma tendência, mas não uma necessidade; o futuro não é pré-determinado (KIRSHNER, 2010). Em poucas palavras, na história não há regra sem exceção e inexistem leis necessárias.

Em segundo lugar, a perspectiva ontológica do neorealismo ao demandar a concisão nas premissas e buscar explicar a questão da Guerra e da Paz prioriza a estrutura militar, não valorizando adequadamente a competição econômica, um tema que seria de “low politics”⁹. Isso decorre também do contexto social que gestou o neorealismo: essa perspectiva foi construída durante a Guerra Fria para pensar, a partir de Washington, a competição entre União Soviética e Estados Unidos, a qual se dava quase exclusivamente através da geopolítica, pois os dois blocos tinham poucas relações econômicas entre si. (KIRSHNER, 1998). A competição econômica, portanto, entra sem centralidade, tendo no máximo importância indireta, quando traduzível em poder militar. Contudo, com a integração entre as economias, a competição econômica é essencial, bem como é fundamental o papel do dólar, de Wall Street e das multinacionais na ordem nucleada e benéfica aos Estados Unidos (STRANGE, 1987; 1994; GOWAN, 2010; BECKLEY, 2018).

O terceiro ponto é o modelo caixa-preta ou Black Box que se desdobra do entendimento behaviorista de que a estrutura é tão forte que determina o comportamento do agente, o Estado, sendo possível e adequado explicar a política internacional desconsiderando as relações de poder domésticas.¹⁰ Assim, para os neorealistas os processos domésticos não

⁹ Mearsheimer, por exemplo, caracteriza que as estratégias de expansão do poder estatal, envolvem a guerra e a conquista territorial, a ameaça da guerra, levar o inimigo a uma guerra contra um terceiro ou a melhora própria na balança de poder militar (MEARSHEIMER, 2014, Cap. 5). Isto é, a lógica da expansão econômica via moeda e market share não é tratada. O autor caracteriza que os Estados se preocupam ativamente com a balança de poder latente e buscam maximizar sua riqueza, todavia as relações na balança de poder latente não são teorizadas, nem são discutidas as possíveis estratégias de expansão econômica.

¹⁰ De acordo com Maria Regina Soares de Lima (2000, p. 271): “a representação do Estado como ator coeso e autônomo além de constituir uma excessiva simplificação na representação de um ator complexo, adota como script cognitivo o modelo germânico de formação do Estado”. Tal modelo ao retirar o peso causal da política doméstica seria inadequado para tratar as políticas públicas do Estado, sendo a política externa uma delas, em particular nos Estados poliarquicos. Desse modo, para ela, não foi “o modelo anglo-saxão liberal que serviu de template à representação realista do Estado e do sistema anárquico internacional.”

teriam causação independente para determinar os resultados internacionais (WALTZ, 1979) e até para determinar as estratégias externas de cada Estado (MEARSHEIMER, 2014).¹¹ Todavia, existe também um descompasso histórico, pois os resultados internacionais e as estratégias nacionais são desdobramentos diretos de conflitos domésticos sobre o que são os interesses nacionais e quais são as intenções e interesses dos outros atores, como reconhece o realismo neoclássico (Cf. RIPSAN; TALLIAFERRO; LOBELL, 2016), assim o executivo não determina de modo autocrático a orientação a ser seguida (SOARES DE LIMA, 2000). A compreensão política externa em geral (PUTNAM, 1988; SUTTER, 2010) demanda que os constrangimentos domésticos sejam considerados.

Em quarto lugar deve ser tratado o entendimento de que a história e a cultura de uma sociedade não são elementos determinantes para o seu comportamento externo, isto é, os Estados seriam monólitos racionais a-históricos ou mônadas (COX, 1987), como estabelece explicitamente Mearsheimer, ou de modo tácito Waltz (KIRSHNER, 2010). Desse modo, os seus interesses são definidos pelo sistema e por suas capacidades relativas e não a partir da composição social doméstica e a trajetória histórica peculiar de cada sociedade (COX, 1981; LAYNE, 2006; GOWAN, 2010). Assim, por exemplo, o militarismo prussiano e o revanchismo, desdobramentos da história alemã, seriam elementos de pouco valor para explicar a política externa do Terceiro Reich, a qual teria sido pautada sobretudo por cálculos racionais (MEARSHEIMER, 2001).

Por fim, em decorrência de sua epistemologia positivista, a leitura temporal ou histórica do neorealismo é frágil, pois não considera existir diferenças de natureza entre a disputa das cidades-estados da Grécia antiga e as disputas geopolíticas contemporâneas, teria ocorrido apenas um avanço tecnológico que não altera de modo significativo as pressões da anarquia internacional. Waltz (1979, cap. 6) só concebe dois tipos de estrutura possíveis: as anárquicas e as hierárquicas. Essa díade, contudo, é muito limitada para compreender as inovações históricas – como a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a Era Nuclear – que trouxeram mudanças para as sociedades e para o próprio padrão de relacionamento entre as grandes potências. (STRANGE, 1994; KISSINGER, 2005; GOWAN, 2010;

¹¹ À diferença de Mearsheimer, Waltz (1996) argumenta que uma teoria estrutural não é capaz de explicar o comportamento externo de um Estado específico. Outra diferença significativa entre os dois é que o espaço em Waltz é uniforme, enquanto em Mearsheimer é geográfico.

KIRSHNER, 2010).¹² Com o seu escâner monocromático o neorealismo não apreende os matizes e a especificidade da modernidade industrial-nuclear.

Conclui-se, então, que a leitura histórica e ontológica do sistema internacional do neorealismo é limitada. O sistema internacional constrange e condiciona, mas não pré-determina, o futuro não é fechado. A dimensão econômica precisa ser considerada com centralidade e é pouco explicativa a visão maniqueísta do sistema, sendo necessário inserir as gradações e a possibilidade de mutação em função do avanço tecnológico e da institucionalidade social. Além disso, as relações de poder domésticas e a trajetória peculiar de cada sociedade são elementos fundamentais para a análise de políticas externas e, logo, para explicar resultados internacionais. Por fim, a hegemonia internacional não pode ser definida de modo atemporal e, nos dias de hoje, envolve mais do que apenas a supremacia no poder militar.

A LEITURA NEOGRAMSCIANA

Uma visão alternativa à leitura de hegemonia é oferecida pela abordagem neogramsciana de autores como Robert Cox (1981; 1993), Stephen Gill (1986; 2008) e Giovanni Arrighi (1993; 2007).¹³ Contrastando diretamente com o neorealismo, essa leitura ao mesmo tempo traz novas contribuições e carrega outras limitações. Sem uma teoria dedutiva compartilhada, o que une esses autores é (i) a busca por pensar as relações internacionais a partir da visão e dos conceitos de Antonio Gramsci; (ii) a contraposição ao determinismo ou estruturalismo, seja o neomarxista do sistema mundo ou o do neorealismo; e (iii) uma visão ética, normativa, contrária à exploração, sobretudo a do capital. Para os neogramscianos é impossível uma teoria value-free e, contra os “conselheiros do príncipe”, eles buscam construir uma teoria crítica para superar as explorações no mundo, isto é, uma teoria para os explorados.

¹² O próprio Waltz, em textos posteriores a sua obra clássica, passou a considerar as armas nucleares como variáveis intervenientes, modificando determinados aspectos da lógica da anarquia.

¹³ Alguns autores neogramscianos contestam a ideia de uma “escola neogramsciana” arguindo que a leitura gramsciana do cenário internacional é plural dando vazão a várias perspectivas (RAMOS, 2012). Assim, e como não foi o intento de construir uma teoria dedutiva, essa perspectiva é tratada como “abordagem”.

Entre os antagonistas dos neogramscianos o neorrealismo é o principal. E isso pois além de estruturalista o neorrealismo é entendido como uma teoria conservadora ou de solução de problemas (problem solving theory), despreocupado com a superação da exploração estrutural no planeta (COX, 1981).¹⁴ Além disso, para esses autores o entendimento de “hegemonia” do neorrealismo deveria ser substituído pelo termo “dominação” (GILL, 1986), porquanto a leitura neorrealista é de que a hegemonia é tão somente a dominação de um Estado sobre os demais (COX, 1983).¹⁵

Partindo das reflexões de Gramsci sobre as lutas de classe, os neogramscianos entendem que a “hegemonia” é uma situação especial de domínio, onde ocorre uma combinação de coerção e consenso e o que predomina não é a violência física, a coerção, mas o consenso (COX, 1993; RAMOS, 2012). Assim, a hegemonia doméstica de uma classe sobre a outra só ocorre se o grupo dominante consegue estabelecer as suas ideias como as ideias de interesse universal, isto é, ocorre um consenso entre os dominados de que aquela situação é normal e adequada. A violência ou a coerção não estão ausentes, ao contrário são uma possibilidade, mas são a exceção para o dia-a-dia do domínio. Esse entendimento reaproxima a palavra do seu significado etimológico, o qual fazia referência à “liderança” ou “condução”.¹⁶ Nesse sentido, a ideia chave dos neogramscianos é que uma hegemonia internacional deve ser também uma hegemonia doméstica, e para que sua ordem seja naturalizada o hegemon deve propiciar um contexto internacional favorável às outras hegemonias domésticas (COX, 1993). Desse modo, a ordem mundial que uma hegemonia sustenta é tanto nacional como tem a perspectiva da força social dominante dentro do hegemon (RAMOS, 2012). Por meio dessas conexões os neogramscianos buscam superar o estadocentrismo e propõem, por exemplo, o conceito de “complexo estado-sociedade” (COX, 1993).

¹⁴ Cox (1981) estabelece a distinção problem-solving theory e critical theory para demonstrar que mesmo as teorias, como as neorrealistas, que se apresentam como valorativamente neutras, sustentam uma pauta normativa tácita. Para ele o neorealismo waltziano quer oferecer instrumentos para reparar problemas na ordem internacional pretendendo mantê-la, enquanto a proposta que Cox defende se pergunta como essa ordem internacional surgiu e se ela for injusta como é possível rompê-la para construir uma nova.

¹⁵ De acordo com Gill (1986) os neorrealistas usam o conceito de hegemonia como um “poder sobre” restringindo esse entendimento as relações interestatais.

¹⁶ Para Cox (1993, p. 51): “Gramsci took over from Machiavelli the image of power as a centaur: half man, half beast, a necessary combination of consent and coercion. To the extent that the consensual aspect of power is in the forefront, hegemony prevails. Coercion is always latent but is only applied in marginal, deviant cases. Hegemony is enough to ensure conformity of behaviour in most people most of the time.”

A leitura neogramsciana traz importantes contribuições (GOWAN, 2010; RAMOS, 2012). Tais como: (i) romper com o estadocentrismo e abrir a caixa preta, permitindo visualizar que o Estado e seu padrão de atuação internacional não são ditados mecanicamente pelo sistema internacional, isto é, o interesse nacional é um conceito disputável domesticamente pelas forças sociais domésticas (classes e frações de classe) em cada contexto histórico;¹⁷ (ii) demonstrar que a hegemonia internacional deve servir a dois senhores, de um lado os interesses de seu Estado e sua força social, mas também propiciar uma plataforma benéfica para os demais Estados e suas respectivas hegemonias domésticas, abrindo caminho para estudos férteis sobre a construção da hegemonia; (iii) demonstrar a falsidade da ideia de uma teoria sem valores (ou a neutralidade axiológica), explicitando os interesses subjacentes nas teorias tradicionais; (iv) desbloquear várias questões que até então as teorias tradicionais não julgavam válidas; e (v) estabelecer um papel destacado e uma leitura complexa da história.

Essa escola, porém, também tem problemas importantes (SAURIN, 2008; STRANGE, 1994). Entre os principais estão: (i) a falta de critérios objetivos para analisar a hegemonia e a ordem internacional; (ii) a sobrevalorização da estrutura produtiva – o capitalismo – menoscabando a importância das demais estruturas, como a de segurança; (iii) a sobrevalorização e especulação sobre processos de mudança, aproximando-se do wishfull thinking; e (iv) a sobrevalorização dos elementos ideacionais e subjetivos em desfavor dos estruturais e materiais. Em grande medida essas limitações estão associadas ao “imperativo de negação”, isto é, o anseio de romper com o estruturalismo de Waltz e o positivismo para construir uma nova forma emancipatória de analisar as relações internacionais.¹⁸ Nota-se, ainda, em alguns trabalhos uma inversão de prioridades identificada por Murphy (1998, p. 417) que afirma: “as students of international relations we should keep our focus more on understanding international relations than on understanding Gramsci.”

¹⁷ A abertura da caixa-preta é um pressuposto das análises de política externa (Cf. HUDSON, 2005) e também é defendida pelo realismo neoclássico (Cf. RIPSAN; TALLIAFERRO; LOBELL, 2016). A contribuição dos neogramscianos, remontando ao início da década de 1980, é integrar a dinâmica doméstica, de modo pioneiro, para tentar explicar a ordem internacional, a terceira imagem.

¹⁸ Esse anseio é fruto, em parte, da necessidade institucional de criar um novo nicho acadêmico, o que implica extremar e negar a posição adversária. Deve-se notar, contudo, que o próprio neorealismo é uma leitura extremada da realidade.

O primeiro problema, e talvez o principal, refere-se às dificuldades na análise da ordem internacional e da hegemonia. Assim ainda que subscrevam à leitura neogramsciana de Cox (1993), autores como Arrighi (1993; 2007) visualizam um declínio da hegemonia dos Estados Unidos desde os anos 1960/1970 e autores como Gill (1986; 2008) defendem a posição contrária. Em semelhança Saurin (2008, p. 41) observa: “Giovanni Arrighi and Robert Cox have both been described as neo-Gramscians, but both in broad scope and detailed method they approach the study of global order in significantly different ways [...].” Essas leituras antagônicas de um mesmo objeto sugerem a existência de uma abordagem aberta, mas indicam também que falta clareza e critério sobre como avaliar a ordem internacional e uma hegemonia. Nesse sentido Saurin (2008) argumenta que os neogramscianos reiteradamente demandam que os eventos sejam tratados historicamente, mas a questão chave é “como” fazer o tratamento histórico, e nesse aspecto os neogramscianos não oferecem uma orientação. Desse modo, os neogramscianos são definidos mais pelo vocabulário e por subscreverem às ideias políticas de Gramsci do que por terem consistência metodológica ou ontológica (SAURIN, 2008).

Outro problema recorrente é a sobrevalorização da estrutura produtiva, como se fosse a estrutura mais fundamental e amalgamasse as demais estruturas de poder (STRANGE, 1984; 1994). No trabalho de Arrighi (1993; 2007) a hegemonia internacional decorre do diferencial de acumulação de capital nacional e, assim, os Estados Unidos perderiam sua hegemonia em função da queda no seu poder produtivo. No mesmo sentido, conforme Strange, os marxistas, os neomarxistas e mesmo Robert Cox, o principal neogramsciano, colocam papel destacado apenas para a estrutura da produção, deixando à margem a estrutura de segurança, de conhecimento e de finanças, assim como as interconexões entre elas (STRANGE, 1994).¹⁹

O terceiro ponto é a sobrevalorização de processos em curso. Nota-se tal situação no conceito especulativo de Stephen Gill de “príncipe pós-moderno”, criado para compreender o movimento altermundista, em particular as manifestações de Seattle (GILL, 2008). O anseio por mudanças, associado à deficiência ontológica, gera dificuldades analíticas, borrando a distinção entre conjuntura e estrutura, sintoma e causa. As expectativas positivas de

¹⁹ Conforme Strange: “Cox sees production as the basis of social and political power in the society. The state, therefore, is the embodiment in political terms of the authority of the class or classes in control of the production structure. States, however, live in an anarchical world order.” (STRANGE, 1994, p. 26).

transformação envolvem também a marginalização dos obstáculos antropológicos, históricos, culturais e de poder que dificultam as transformações radicais. E assim, em antagonismo ao próprio Gramsci, a análise neogramsciana aproxima-se do wishfull thinking (SAURIN, 2008).²⁰

Por fim, mencione-se, conforme Joseph (2008), que os neogramscianos acabam sobrevalorizando os elementos ideacionais e subjetivos em desfavor dos estruturais e materiais (JOSEPH, 2008). A hegemonia desponta como um ato de persuasão intersubjetivo, como se percebe em uma das definições de Cox: “I use ‘hegemony’ to mean a structure of values and understandings about the nature of order that permeates a whole system of states and non-state entities. [...] Hegemony derives from the ways of doing and thinking of the dominant social strata of the dominant state or states.” (COX apud JOSEPH, 2008).

A LEITURA DE SUSAN STRANGE

Pode-se notar fraquezas importantes nas duas leituras tradicionais sobre a hegemonia internacional. É necessário, então, buscar um outro ponto de partida e as obras da britânica Susan Strange nos anos 1980 (STRANGE, 1982; 1984; 1987; 1994) oferecem não só uma discussão empírica pertinente, mas também uma contribuição conceitual importante para tratar da hegemonia internacional. Essa autora, ao criticar o mito do fim da hegemonia dos Estados Unidos, construiu um aparato conceitual complexo e objetivo, adequado para analisar não somente aquele tempo.²¹

A obra de Susan Strange (1923-1998), uma autora clássica da Economia Política Internacional, não se associa a nenhuma das duas leituras tradicionais de hegemonia. Formada em economia e com interesse na história, Strange é uma pensadora eclética que contribuiu em vários temas, da financeirização do capitalismo à questão da vitalidade da

²⁰ De acordo com Saurin: “It is telling that it is the neo-Gramscians, more than any other tradition of IR, who repeatedly introduce and proselytize the notions of alternative social and political world orders. In this effort, whilst fruitfully, if not always clearly, introducing the significance of civil society, there has been a regrettable conflation of a normative analysis with a historical analysis producing what is simply wishful thinking about alternatives.” (SAURIN, 2008, p. 32)

²¹ De acordo com May (2001) as ideias de Susan Strange sobre a hegemonia têm uma mudança de substância nos anos 1990, com a autora rompendo com algumas premissas da década de 1980, como a centralidade da agência do Estado. A leitura subscrita neste estudo é a de Strange nos anos 1980.

hegemonia dos Estados Unidos nos anos 1980. Uma crítica aguda da superespecialização do conhecimento e defensora de abordagens multidisciplinares e abertas, Susan Strange sempre que possível criticava o tipo de ciência produzido na economia ortodoxa, o qual seria uma “ciência falsificada” (COHEN, 2008). Nas palavras de Strange: “One of the fatal weaknesses of social science during the enclosure movement has been the tendency of each specialism to become a closed shop, a self-perpetuating secret society of the initiated.” (STRANGE, 1984, p. ix).

Em seus estudos é transparente que seu objetivo é mais decifrar problemas empíricos, históricos e entender o mundo com precisão conceitual, do que construir uma teoria dedutiva atemporal para explicar as relações internacionais (STRANGE, 1994). Nesse sentido, do ponto de vista epistemológico, ela pode ser associada ao realismo político clássico.²² Isso propiciou que seu trabalho fosse criticado por “falta de rigor” (MAY, 2002). Para Strange, porém, as limitações decorrem da natureza do objeto da ciência social, que impedem, por exemplo, a previsão:

Social science can never confidently predict because the irrational factors involved in human relations are too numerous, and the permutations and combinations of them are even more numerous. The one social science that has most notably aspired to predict is economics. But its record of success is so abysmal that it should make all those that seek to emulate the economists and to borrow from them try something else. (STRANGE, 1994, p. 11)

Pode-se notar, ainda, que em suas críticas tanto ao realismo, quanto ao neogramscianismo, há uma preocupação de realizar uma avaliação balanceada, explicitando quais são as limitações empíricas das teorias, não necessariamente querendo descartá-las, mas aprimorá-las, ampliá-las (MAY, 2002).

Outro entendimento importante da autora, de raiz nas teorias do imperialismo e em contraste ao neorealismo, é a ideia de que a realidade histórica é dinâmica e a competição internacional por poder muda de natureza após fenômenos como a Revolução Industrial e a integração entre as economias: “The nature of the competitive game between states is not

²² Tendo em vista a sua preocupação com a história, a leitura sobre a importância de analisar as relações de poder ao longo do tempo e a sobredeterminação dos processos sociais. Conforme Kirshner (2010, p. 57): “classical realists also understand that state behavior is shaped by the lessons of history (right or wrong), ideas (accurate or not), ideology (good or bad), and that states make choices influenced by fear, vulnerability, and hubris, usually in the context of considerable uncertainty.”

what it was [...] they are competing for world market shares as the surest means to greater wealth and therefore greater economic security.” (STRANGE, 1987).²³

Susan Strange é em parte conhecida por sua crítica à ideia de regimes internacionais. Em um importante texto ela argumentou que esse conceito não é útil, pois é normativo, impreciso, sobrevaloriza a dimensão estática da ordem internacional e subvaloriza a dimensão dinâmica, além de estar fundado no paradigma estadocêntrico (STRANGE, 1982). Nesse sentido Strange (1982) argumenta: “For the last thirty-five years, the international security regime (if it can be so called) [...] has not been derived from Chapter VII of the U.N. Charter, which remains as unchanged as it is irrelevant. It has rested on the balance of power between the superpowers.” (STRANGE, 1982, p. 488). E lembra ainda que: “In monetary matters, facile generalizations about 'the Bretton Woods regime' abound but they bear little resemblance to the reality. It is easily forgotten that the original Articles of Agreement were never fully implemented.” (STRANGE, 1982, p. 492). Pode-se afirmar que em parte o próprio desenvolvimento da ideia de poder estrutural deriva da busca de Strange por uma alternativa para compreender a ordem internacional.

As ideias de Strange (1987) são ainda mais conhecidas na discussão da hegemonia dos Estados Unidos nos anos 1980. Em um texto clássico ela criticou um grande número de autores de destaque, como Robert Keohane, Stephen Krasner e Robert Gilpin, e afirmou que os Estados Unidos seguiam sendo a hegemonia e seria possível que a hegemonia dos Estados Unidos nos anos oitenta fosse até mais robusta do que anteriormente (STRANGE, 1987). Nessa discussão, duas são as principais contribuições de Susan Strange: (i) o diagnóstico: a crítica à hipótese corrente, nos anos 1980, sobre o fim iminente da hegemonia dos Estados Unidos; e (ii) o aparato conceitual: o entendimento sobre o poder estrutural.²⁴ Esses dois elementos estão correlacionados, de modo que o aparato conceitual fundamenta o diagnóstico do mito do fim da hegemonia dos Estados Unidos, contudo a distinção é importante. É notável, por exemplo, que com o fim da Guerra Fria nos anos 1990 o

²³ Assim, a expansão territorial faz parte de uma lógica competitiva antiquada, mas não inteiramente superada, e atualmente o cerne da competição interestatal, e da condição de hegemonia, ocorre em grande medida na esfera econômica, na qual cada Estado busca sustentar e ampliar o market-share de suas empresas e sua presença nos setores mais complexos e rentáveis.

²⁴ Segundo Cohen (2008), Susan Strange oferece uma importante tipologia conceitual, mas não uma teoria. Na verdade, conforme Strange (1994), a autora nunca teve por objetivo construir uma teoria dedutiva para explicar o mundo de modo atemporal.

diagnóstico de Strange tornou-se lugar comum, de modo que até seus antagonistas no debate sobre o declínio, como Robert Keohane e Stephen Krasner, observaram que o diagnóstico estava correto (COHEN, 2008).²⁵ Todavia, o aparato conceitual de Strange, incorporado parcialmente por Norloff (2010) e Fiori (2004), foi e ainda é criticado pela literatura por ser pouco preciso, não estabelecer explicitamente relações de causalidade, não sendo propriamente uma teoria (COHEN, 2008), de modo que não tem a mesma aceitação do diagnóstico de Strange sobre os Estados Unidos.²⁶

Entrando na discussão do aparato conceitual da autora é interessante observar a distinção proposta por Strange (1987; 1994) entre “poder estrutural” e “poder relacional”. Para ela o “poder relacional” refere-se à definição clássica de poder, na qual um ator “A” faz com que um ator “B” faça algo que de outra forma não faria (STRANGE, 1987). O poder relacional, assim, é a influência de um ator A sobre o comportamento de B, auferível com a comparação dos interesses iniciais e os resultados da negociação. Esse poder, contudo, não é o mais importante.

O poder crucial no sistema internacional é o poder estrutural, isto é, a capacidade de escolher e moldar as estruturas da economia política internacional, determinar as próprias regras do jogo, a partir das quais os outros Estados, instituições e empresas terão de operar: “Structural power is the power to choose and to shape the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises, and (not least) their professional people have to operate.” (STRANGE, 1987, p. 565). O poder estrutural, portanto, é a situação onde um ator “A” estabelece um novo paradigma internacional o qual o “B” segue ou será apartado e prejudicado dentro do sistema. Em outro texto, Strange clarifica seu entendimento de poder estrutural: “By this I understand the ability of state A, through its domestic as well as its foreign policies, to govern or influence the context or environment within which B also has to take domestic and foreign policy-

²⁵ Assim, Keohane afirmou que Susan Strange “thought that a book properly entitled *After Hegemony* would have to be about the distant future, [...] and she was right. On this point, I simply concede; I should have listened to her earlier” (KEOHANE apud COHEN, 2008).

²⁶ As ideias de Strange sobre a força da hegemonia dos Estados Unidos são mais antigas. No início da onda declinista, em 1982, Strange já observa que: “In a broad, structuralist view [...] there seems far less sign of a falling-off in American power.” (STRANGE, 1982, p. 483).

making decisions.” (STRANGE, 1984, p. 191).²⁷ Nesse sentido o entendimento é próximo das ideias de Krasner sobre o metapoder: “Meta-power is the capacity to structure the environment within which decisions are made. [...] Relational power behavior accepts the existing rules of the game; meta-power behavior attempts to alter those rules.” (KRASNER, 1981, p. 122).²⁸

O entendimento de Strange do poder estrutural teve por fundamento determinadas reflexões marxistas e neomarxistas sobre a questão. A autora, contudo, entende que esses autores sobrevalorizam a esfera da produção e deixam de perceber, por exemplo, a importância chave das relações de segurança, isto é, a economia não é o deus oculto da história (STRANGE, 1984). Para criar o seu conceito de poder estrutural ela, portanto, supera o entendimento tradicional daquele conceito.

Desse modo, para Strange (1987; 1994) são quatro as principais dimensões do poder estrutural: a estrutura da segurança, da produção, das finanças e do conhecimento/tecnologia. Para ela as quatro estruturas estão inter-relacionadas, sendo mutuamente dependentes (STRANGE, 1994). O poder na estrutura da segurança implica a capacidade de um grupo ou pessoa de “controlar a segurança de outros frente à violência”; o poder na estrutura da produção é a capacidade de “controlar o sistema de produção de bens e serviços”; o poder na estrutura da finança e do crédito é “o controle do poder de compra sem ter de trabalhar ou comerciar para isso”; e o poder na dimensão do conhecimento – técnico, religioso ou liderança de ideias – é “a capacidade de determinar a aquisição, comunicação e reserva de conhecimento e informação” (STRANGE, 1987, p. 565).

Utilizando essas lentes, a autora irá discutir como se estabelece o poder dos Estados Unidos nessas quatro estruturas nos anos 1980. Strange classifica o poder de Washington de diversos modos, ora como “hegemonia” (STRANGE, 1987), ou “império” (STRANGE, 1988), ou ainda “hegemonia estrutural” (STRANGE, 1994, p. 237). Fazendo a discussão da relação dos Estados Unidos com o sistema internacional ela verifica a grande disparidade de poder militar entre os Estados Unidos e os demais membros da OTAN, o predomínio do dólar, sem

²⁷ Ainda nessa obra Strange sugere o evento que utilizou como referência para estabelecer o conceito. Transparece no texto que o “Choque Voleker” – a subida unilateral das taxas de juros do FED em 1979 – evidenciaria para ela que os Estados Unidos tinham um poder diferente e único no sistema internacional.

²⁸ Pode-se dizer que o poder estrutural de Strange e o meta-poder de Krasner estão associados à capacidade de modificar a natureza de um regime internacional, propiciar uma mudança “de” regime. (KRASNER, 1982).

lastro, como moeda internacional (reserva de valor, meio de troca, unidade de conta) e dos bancos estadunidenses, o grande número e o ampla disseminação das multinacionais dos Estados Unidos no planeta – particularmente nos setores de alta tecnologia –, bem como o “tamanho, riqueza e adaptabilidade das Universidades americanas” (STRANGE, 1987). A análise dos indicadores e o panorama de fatos históricos realizados pela autora permitem que Strange conclua que a posição relativa dos Estados Unidos nessas quatro esferas do poder estrutural é muito superior à dos demais, de modo que é incabível, e logo um mito, afirmar que os Estados Unidos deixaram de ser ou estavam próximo de deixar de ser a hegemonia mundial. Segundo ela muitos autores utilizam indicadores equivocados para avaliar o poder estrutural de um Estado, como, por exemplo, a participação relativa de um Estado na economia mundial (STRANGE, 1987).

A análise aguda de Strange sobressai tanto em relação aos autores declinistas de economia política internacional da época, como a autores de outras áreas que estabeleciam que a hegemonia dos Estados Unidos é exclusivamente militar e existiria, na área econômica, uma multipolaridade. Além disso, Susan Strange traz outras contribuições, não necessariamente tão originais como sua crítica ao mito do fim hegemonia, tais como: (i) a visualização de que em um sistema onde a segurança é escassa, se um país é capaz de ofertar segurança ele tende a receber dividendos políticos e econômicos (STRANGE, 1994); (ii) que áreas de interação como o comércio não são estruturas do poder estrutural, de modo que crises no regime de comércio internacional são na verdade sintomas de processos que ocorrem em alguma das quatro estruturas básicas (STRANGE, 1985); (iii) que a especialização do trabalho exagerada na política internacional e na economia internacional impede a compreensão de processos relacionados à integração entre as economias e situações como as guerras econômicas (STRANGE, 1970).

Nota-se dessa discussão que em comparação com as leituras tradicionais a abordagem de hegemonia de Strange traz várias contribuições: (i) é operacional para a realização de pesquisas empíricas objetivas; (ii) com respeito ao neorrealismo, ela alarga as dimensões consideradas e tem um entendimento claro de que o mundo contemporâneo tem diferença de natureza em relação ao de séculos atrás; e (iii) com relação aos neogramscianos, não desvaloriza a estrutura de segurança, bem como oferece critérios objetivos para determinar

a existência de uma hegemonia internacional. Além disso, (iv) esse aparato não é fechado, de modo que pode ser associado a leituras mais específicas de outras abordagens.

Susan Strange, portanto, criou um aparato conceitual rico, capaz de integrar contribuições e, ao mesmo tempo, superar insuficiências das abordagens tradicionais. Esse aparato conceitual permitiu que ela criticasse o grande apoio acadêmico à hipótese sobre o fim da hegemonia dos Estados Unidos. Além disso, no seu texto clássico ela integrou a análise histórica com a discussão de indicadores, demonstrando que a separação rígida entre abordagens positivistas/explicativas e abordagens pós-positivistas/compreensivas não é a única escolha para fundar uma pesquisa. Susan Strange ofereceu, assim, uma alternativa às abordagens tradicionais sobre hegemonia e um aparato conceitual fundamental.²⁹

CONCLUSÃO

Para Benjamin Cohen (2008) o campo da economia política internacional pode ser cindido em duas grandes escolas, a Escola Americana e a Escola Britânica, cada uma com ontologias e metodologias próprias. Nesse argumento Susan Strange faria parte da segunda escola, em conjunto a Robert Cox. Para Stephen Gill (2008, cap. 5) a discussão sobre hegemonia pode ser tratada por meio de duas leituras distintas, de um lado o estruturalismo – realista ou do sistema mundo – e de outro a abordagem fundamentada nas ideias de Gramsci. Essas duas leituras sugerem uma configuração dual nas possibilidades de estudo da área (COHEN, 2008) ou da questão da hegemonia (GILL, 2008). Essa caracterização, contudo, é limitada. A discussão de hegemonia que Strange oferece um outro caminho para analisar o sistema internacional e a questão da hegemonia. Strange busca contribuições dos neorealistas e dos neogramscianos, mas segue um caminho original. Assim, a despeito da leitura de Strange ser minoritária³⁰, é possível caracterizar que no tocante à discussão da hegemonia o campo

²⁹ O texto de Strange também tem limitações. De um lado, o seu diagnóstico tem mais de 30 anos, de modo que não é possível garantir que a situação dos Estados Unidos é a mesma sem analisar indicadores e fatos históricos recentes. De outro, sua definição de poder estrutural não é precisa, particularmente o entendimento de quanto necessário um Estado deve sobressair em relação aos demais para ser qualificado como hegemonia (NORLOFF, 2010). O trabalho de Strange é um ponto de partida interessante para analisar o mundo contemporâneo, oferece um guia de exploração, mas precisa ser complementado.

³⁰ A obra principal de Waltz (1979) tem mais de 20 mil citações, a obra de Mearsheimer quase 9 mil citações, a obra principal de Cox (1981) tem quase 6 mil citações e a obra de Strange mais citada sobre hegemonia (STRANGE, 1994) tem pouco mais de 3 mil citações. (Pesquisa no “Google Scholar” em 10 de novembro de 2019).

é dividido pelo menos de modo “tripolar”, e não de modo bipolar como sugerem alguns estudos neorrealistas e neogramscianos.

De fato, as leituras tradicionais – o neorrealismo e o neogramscianismo – trazem contribuições para a discussão da hegemonia internacional, mas têm limitações importantes. O neorrealismo é exageradamente fechado, mecânico e sobrevaloriza as continuidades. O neogramscianismo, por sua vez, é aberto ao ponto de faltar critérios analíticos e sobrevaloriza as mudanças percebidas e a normatividade. Essas limitações teóricas indicam a importância de cautela para fundamentar análises e pesquisas nessas abordagens, afinal conforme a máxima latina: *Debile fundamentum fallit opus*.

Uma análise, porém, não pode escapar da teoria, como lembra Albert Einstein: “a teoria é que decide o que podemos observar” (apud BELL, 1973, p. 22). Este trabalho argumentou que a leitura de Susan Strange oferece um caminho distinto das duas abordagens tradicionais de hegemonia, e que a autora integra algumas contribuições e permite superar deficiências dessas abordagens tradicionais. Deste modo, o aparato conceitual de Strange merece ser considerado com mais atenção pelos pesquisadores da área. Ao iluminar tanto a abordagem neorrealista, quanto a neogramsciana a partir do instrumental de Strange, bem como de leituras do realismo clássico (KIRSHNER, 2010), ficam evidentes algumas limitações dessas perspectivas e a importância de pesquisadores dessas linhas aprimorarem suas perspectivas para melhor compreender a realidade internacional.

REFERÊNCIAS

ALLISON, G. 2015. “The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War?” **The Atlantic**. 24 Sep.

ARRIGHI, G. 1993. “The three hegemonies of historical capitalism.” In: GILL, S. (Ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press.

ARRIGHI, G. 2007. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. New York: Verso.

BELL, D. 1973. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix.

COHEN, B. 2008. **International political economy: an intellectual history**. Princeton: Princeton University Press.

- COX, R. 1981. "Social forces, states and World Orders." *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2.
- COX, R. 1987. **Production, power and world order: social forces in the making of history**. New York: Columbia University Press.
- COX, R. 1993. "Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method." In: GILL, S. (Ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press.
- DINIZ, E. 2007. **Política Internacional: Guia de Estudos de Abordagens Realistas e da Balança de Poder**. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas.
- FIORI, J. 2004. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes.
- GILL, S. 1986. **American Hegemony: Its limits and Prospects in the Reagan Era**. *Millennium: Journal of International Studies*. 15 (3), p. 311–338.
- GILL, S. 2008. **Power and Resistance in the New World Order**. 2nd Edition. New York: Palgrave Macmillan.
- GILPIN, R. 1981. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOWAN, P. 2010. **The calculus of power**. London: Verso.
- HUDSON, V. 2005. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**. 1, pp. 1–30.
- JOSEPH, J. 2008. "On the Limits of Neo-Gramscian International Relations: A Scientific Realist Account of Hegemony." In: AYERS, A. (Ed.). **Gramsci, Political Economy, and International Relations Theory**. New York: Palgrave Macmillan.
- KIRSHNER, J. 2010. "The tragedy of offensive realism: classical realism and the rise of China." **European Journal of International Relations**. 18 (1), p. 53–65.
- KRASNER, S. 1981. Transforming International Regimes: What the Third World Wants and Why. **International Studies Quarterly**. 25 (1). p. 119–148.
- KRASNER, S. 1982. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**. Vol. 36 (2), Spring.
- MASTANDUNO, M. Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S. Grand Strategy after the Cold War. **International Security**. 21(4): 49–88, 1997.
- MAY, C. 2001. **An Annotated Bibliography of Susan Strange's Academic Publications 1949-1999**. Third Edition (e-version).
- MEARSHEIMER, J. 2014. **The Tragedy of Great Power Politics**. Updated edition. Norton: New York.
- MENDES, F. Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural. São Paulo: USP, 2013. (Tese de Doutorado).
- NORRLOF, C. 2010. **America's Global Advantage: US Hegemony and International Cooperation**. Cambridge: Cambridge University Press.

- PUTNAN, R. 1988. "Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games." **International Organization**, Vol. 42, No. 3, pp. 427-460, (Summer).
- RAMOS, L. 2012. Ordem e Poder na Economia Política Global: A Contribuição Neogramsciana. **Contexto Internacional**. 34 (1), 113-150.
- RIPSMAN, N. TALIAFERRO, J. LOBELL, S. 2016. **Neoclassical Realist Theory of International Politics**. Oxford: Oxford University Press.
- SAURIN, J. 2008. The Formation of Neo-Gramscians in International Relations and International Political Economy: Neither Gramsci nor Marx. In: AYERS, A. (Ed.). **Gramsci, Political Economy, and International Relations Theory: Modern Princes and Naked Emperors**. New York: Palgrave.
- SOARES DE LIMA, M. 2000. "Instituições Democráticas e Política Exterior". **Contexto Internacional**. Vol. 22 (2). Pp. 265–303, julho/dezembro.
- STRANGE, S. 1970. International Economics and International Relations: A case of Mutual Neglect. **International Affairs**. V. 46 (2), pp. 304-315, apr.
- STRANGE, S. 1982. 'Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis.' **International Organisation**. 36, 2 (Spring): 337 – 354.
- STRANGE, S. 1984. "What about International Relations?" In: STRANGE, S. (ed.). **Paths to International Political Economy**. London: Allen and Unwin.
- STRANGE, S. 1987. "The persistent myth of lost hegemony". **International Organisation**. 41, 4 (Autumn): 551 – 574.
- STRANGE, S. 1994. **States and Markets**. Second Edition. London: Continuum.
- SUTTER, R. 2010. **U.S.–Chinese Relations: Perilous Past, Pragmatic Present**. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- WALTZ, K. 1979. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley.
- WOHLFORTH, W. 1999. "The Stability of a Unipolar World". **International Security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, Summer.